

Governo reduz projeção do PIB para 2% em 2026 e 2,3% em 2027

O Ministério da Fazenda reduziu de 2,3% para 2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026. Para 2027, a estimativa também foi revisada para baixo, de 2,5% para 2,3%. As novas projeções constam do Boletim Macrofiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), divulgado nesta terça-feira (22).

Segundo a SPE, a revisão reflete principalmente os efeitos dos juros ainda restritivos sobre a atividade econômica, com impacto mais acentuado nos setores de serviços e indústria. A equipe econômica também passou a considerar uma trajetória de flexibilização monetária "marginalmente mais gradual do que o previsto" anteriormente.

Inflação em 4,9%

A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2026 caiu de 5,1% para 4,9%. Apesar da melhora, a estimativa continua acima do teto da meta de inflação, de 4,5%.

A meta continua estabelecida para o país é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. O limite superior, portanto, é de 4,5%.

Segundo a SPE, a revisão incorpora os resultados do IPCA até julho, que ficaram parcialmente abaixo do previsto anteriormente, principalmente no caso dos preços de alimentos consumidos nos domicílios e, em menor medida, dos serviços.

A Fazenda também citou a melhora das expectativas de inflação e a manutenção da Taxa Selic (juros básicos da economia) em nível contracionista, que desestimula a atividade econômica.

"A revisão também incorpora a melhora das expectativas de inflação para 2026, a manutenção da taxa Selic em patamar contracionista ao longo do ano e a desaceleração esperada da atividade econômica no segundo semestre de 2026", ressaltou a SPE no relatório.

Serviços e indústria

A revisão do crescimento para 2026 foi concentrada principalmente nos setores mais sensíveis às condições de crédito e à demanda doméstica.

As novas estimativas são:

Serviços: de 2,4% para 1,8%;

Indústria: de 2,1% para 1,7%;

Agropecuária: de 1,8% para 2,8%.

A melhora esperada para a agropecuária compensou apenas parcialmente a piora nas projeções



para serviços e indústria.

No caso dos serviços, a Fazenda atribui a revisão ao "carrego mais fraco deixado pelo primeiro semestre" e à transmissão, com defasagem, da política monetária sobre a demanda doméstica.

O endividamento das famílias também aparece como fator de restrição ao consumo. Segundo o boletim, embora o endividamento permaneça estável em relação à renda, o comprometimento com o pagamento das dívidas atingiu o maior nível da série histórica no segundo trimestre.

"O comprometimento com o serviço da dívida atingiu o maior nível da série histórica no segundo trimestre, o que limita a conversão do avanço da massa de rendimentos em consumo", destacou o relatório.

Pressão sobre 2027

Para o próximo ano, o cenário traçado pela Fazenda combina crescimento econômico menor e inflação mais alta em relação às estimativas anteriores.

As projeções passaram a ser:

PIB: de 2,5% para 2,3%;

IPCA: de 3,6% para 3,8%.

A elevação da previsão de inflação é atribuída, entre outros fatores, aos possíveis efeitos de um El Niño mais intenso sobre a produção agrícola.

O fenômeno climático pode afetar inicialmente os preços de grãos e, posteriormente, exercer pressão sobre outros alimentos, incluindo carnes.

"A projeção para 2027 foi revisada para cima em razão dos efeitos de primeira ordem do El Niño

sobre a produção de grãos e de segunda ordem sobre os preços das carnes", informou a SPE.

Juros e recuperação

A Fazenda também revisou a avaliação sobre o ritmo de transmissão da política monetária para a economia. A expectativa é que os efeitos de eventuais cortes da Selic apareçam gradualmente no crédito, no consumo e nos investimentos.

De acordo com o boletim, a redução dos juros tende a beneficiar setores mais sensíveis ao ciclo econômico.

"A queda da Selic iniciada em 2026 transmite-se gradualmente ao crédito e à demanda doméstica, estimulando a indústria de transformação, a construção e os serviços mais cíclicos", destacou o documento.

A secretaria também prevê efeitos positivos sobre o investimento à medida que o custo de capital for diminuindo.

Riscos no cenário

Além do comportamento dos juros e da inflação, o documento aponta fatores externos e climáticos que podem alterar as projeções.

Entre os principais pontos de atenção estão:

efeitos do El Niño sobre a produção e os preços de alimentos;

comportamento do preço do petróleo;

condições do crédito para famílias e empresas;

ritmo de recuperação da demanda doméstica;

desempenho das exportações e da indústria extrativa.

A SPE também destacou que conflitos internacionais podem elevar

a volatilidade dos preços de energia e gerar efeitos sobre outras cadeias produtivas.

Parâmetros para o Orçamento

O Boletim Macrofiscal é divulgado periodicamente pela Secretaria de Política Econômica e reúne as principais projeções macroeconômicas utilizadas pelo governo na elaboração e atualização do Orçamento da União. Os números orientarão a elaboração do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, a ser divulgado na próxima quinta-feira (24) pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O documento apresenta estimativas para indicadores como PIB, IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e serve como referência para o planejamento das contas públicas.

As revisões permitem à equipe econômica atualizar os parâmetros utilizados nas projeções de receitas, despesas e demais componentes do planejamento fiscal conforme a evolução do cenário econômico.

Fonte: Agência Brasil

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

MOURA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS GESTÃO CORPORATIVA S/A, CNPJ nº 05.638.110/0001-05 — NIRE 26300022672, COMPANHIA FECHADA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam convocados os Senhores Acionistas da Moura Empreendimentos Imobiliários e Gestão Corporativa S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28/09/2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Tabira, 203, bairro Boa Vista, Recife-PE, Cep 50050-330 a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações) relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2025. 2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos Exercício 2022; 3. Deliberar sobre a continuação dos dividendos provisionados no Balanço de 31.12.2023; 4. Mandato de Diretoria: Votar pelo novo mandato de Diretoria que havia vencido em outubro de 2025. Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia desde o dia 20/08/2026 na Central de Balanços -SPED. Paulo Roberto Moura da Silva Junior - Presidente

MOURA PARTICIPAÇÕES SOCITÁRIAS S/A, CNPJ nº 08.843.241/0001-04 — NIRE 26300022648, COMPANHIA FECHADA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam convocados os Senhores Acionistas da Moura Participações Societárias S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/09/2026, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Tabira, 203, bairro Boa Vista, Recife-PE, Cep 50050-330 a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações) relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2025. 2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos Exercício 2022; 3. Deliberar sobre a continuação dos dividendos provisionados no Balanço de 31.12.2023; 4. Deliberar sobre a continuação dos dividendos provisionados no Balanço de 31.12.2024; 5. Mandato de Diretoria: Votar pelo novo mandato de Diretoria que havia vencido em outubro de 2025. Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia desde o dia 20/08/2026 na Central de Balanços -SPED. Paulo Roberto Moura da Silva Junior - Presidente



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 23/09/2025 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

DIÁRIO DA MANHÃ O MAIS LIDO

Tempo hoje em Recife



DM - Dolar hoje



Dólar Comercial : 5,1620



Dólar Turismo : 5,3054

ANUNCIAR

(81)3424-6989/3224-6967
(81)99894-9401
(81) 99871-0165